

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO RACIOCÍNIO DIALÉTICO: CRÍTICA, EXPLANAÇÃO E AÇÃO¹

Norman FAIRCLOUGH

Tradução de Maycon Silva AGUIAR

Resumo: Neste texto, resumo de que modo minha abordagem, a Análise Crítica do Discurso (ACD), modificou-se ao longo dos últimos 30 anos; e, então, apresento sua versão mais recente: a ACD como “raciocínio dialético”. Essa versão enfatiza a relação entre crítica, explanação e ação. Discuto como essa visão de ACD pode apoiar a ação política, com a finalidade de mudar a vida social para melhor, referindo-me ao “Killburn Manifesto” por transcender o neoliberalismo. O foco no raciocínio dialético diferencia este texto de outro, de um *Routledge Handbook* anterior (FAIRCLOUGH, 2012).

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; raciocínio dialético; *Killburn Manifesto*.

Introdução

A ACD é uma forma de análise social *crítica*. Uma análise social crítica evidenciam modo pelo qual formas de vida social podem prejudicar as pessoas desnecessariamente, mas evidencia, também, o modo pelo qual essas formas de vida social podem ser modificadas. A contribuição da ACD está em elucidar como o discurso está relacionado a outros elementos sociais (poder, ideologias, instituições etc.); e em oferecer a crítica ao discurso como caminho para uma crítica mais ampla da realidade social. Mas o objetivo não é apenas a crítica; é a mudança “para melhor”. A crítica acadêmica, por si mesma, não pode

¹ Sou doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor colaborador do curso de Especialização em Gramática Gerativa e Estudos de Cognição, do Museu Nacional. Agradeço ao autor a oportunidade de apresentar, em português, para o público brasileiro, parte de suas contribuições para os estudos do discurso. E-mail: mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br.

modificar a realidade, mas pode contribuir com a ação política de mudança, ao aumentar a compreensão da realidade existente, de seus problemas e de suas possibilidades. Uma melhor compreensão requer melhores explicações. A ACD oferece uma melhor compreensão explanatória das relações entre discurso e outros componentes da vida social.

A ACD combina *acrítica* ao discurso à *explanação* de como o discurso figura na realidade social existente, como base de *ação* para mudar a realidade. Isso, de forma resumida, é aquilo a que me refiro por “raciocínio dialético”: uma maneira de raciocínio que se origina da crítica do discurso e que se estende para o que deve ser feito para mudar a realidade existente, por meio da *explanação* das relações entre discurso e outros componentes da realidade —por exemplo, a crítica ao discurso das universidades modernas e a *explanação* de como isso figura na “mercantilização” das universidades, como base de ações para mudá-los. Se as universidades representam os estudantes como “consumidores” (criando uma analogia problemática ou “falsa” entre ambos), e isso pode ser explicado como parte de uma estratégia para privatizar as universidades, há, indiscutivelmente, algo errado que deve ser mudado (FAIRCLOUGH, 1993). Essa relação entre crítica, *explanação* e ação (política) é a essência da ACD. Embora a ACD não seja, por si mesma, uma ação, é um passo em direção a isso, identificando e, às vezes, defendendo linhas de ação. Não podemos passar da crítica à ação, exceto pela via da *explanação*: sem uma compreensão explanatória da realidade social, incluindo as relações causais e dialéticas (explico “relações dialéticas” abaixo) entre discurso e outros elementos da vida social, não podemos conhecer o que necessita ser mudado, o que pode ser mudado e como pode ser mudado. A *explanação* é de importância particular nesta abordagem de ACD, e outras propriedades-chave da abordagem dependem dela. O foco não está somente no poder *no* discurso, mas, também, no poder *por trás* do discurso; não somente na crítica à manipulação, mas, também, na crítica à ideologia; não somente nos aspectos particulares da realidade social existente (por exemplo, as representações dos imigrantes pela imprensa), mas, também, em seu caráter capitalista e em como isso impacta sobre todos os seus aspectos (FAIRCLOUGH, 1989, 2014).

A realidade social é mediada por ideias e pelo discurso: há entidades sociais (pessoas, eventos, práticas, instituições); e há crenças/ideias e representações dessas entidades sociais; e a análise necessita de abranger ambas as esferas suas relações. Essas relações são tanto cognitivas quanto causais: são tanto questões de representação-e-interpretação quanto questões de causa-e-efeito; são tanto relações epistemológicas que estão abertas à crítica quanto relações ontológicas que requerem *explanação* (BHASKAR, 1989: 101-2). O discurso é significativo, mas, também, é uma causa e um efeito de outros elementos sociais (e materiais). Uma consequência



disso é a de que os objetos da análise crítica social são, simultaneamente, materiais e semióticos (discursivos), e a análise necessita de focar nas relações (dialéticas) entre ambos (JESSOP, 2004). Uma segunda consequência é a de que a análise social crítica é “transdisciplinar”; reúne disciplinas cujas características são facetas materiais de realidades sociais e facetas semióticas/discursivas. A ACD, por si mesma, não fornece análises do capitalismo, das políticas neoliberalistas, dos meios de comunicação etc. que são necessárias à explanação, mas colabora com outras disciplinas e com outras teorias, tais como os estudos dos meios de comunicação e de organização; como a “economia político-cultural” (JESSOP, 2004; FAIRCLOUGH, 2010: 453-526); e como o “realismo crítico” (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2004).

Uma terceira consequência é a de que a análise social crítica e a ACD são, ambas, uma crítica normativa e explanatória: uma crítica baseada em normas e em valores; e uma crítica baseada em relações causais e dialéticas. A ACD se inicia com uma *crítica normativa* do discurso (simplesmente “crítica”, acima), avaliando-a contra as normas (por exemplo, a *defalar a verdade*, a de *falar com sinceridade*, a *defalar com justiça*); em seguida, passa, via explanação do discurso normativamente problemático, à *crítica explanatória* das características da realidade social que conduzem a esse discurso e à *ação* — características da realidade que produzem tais efeitos necessitam de ser modificadas. Algumas formas de ACD são amplamente normativas, mas isso não é suficiente para mudar a realidade: a crítica normativa à linguagem e às práticas das pessoas, como, por exemplo, a linguagem/prácticaracista, necessita de ser combinada à crítica explanatória das características da realidade social, como produzir esse racismo e como necessitar de ser modificada.

Uma abordagem de ACD

Houve três versões principais de minha abordagem, a qual mudou, ao longo do tempo, em grande medida, em resposta a mudanças sociais. A primeira, orientada para o acordo social pós-Segunda Guerra Mundial, centrou-se na crítica ao discurso ideológico, como parte de uma preocupação com a reprodução da ordem social existente (FAIRCLOUGH, 1989). A segunda, correspondente à mudança para o neoliberalismo, a partir da década de 1970, centrou-se na crítica ao discurso, como parte da mudança social; especialmente, como parte das tentativas de se impor uma reestruturação neoliberal “de cima para baixo” (FAIRCLOUGH, 1992). A terceira, correspondente à crise econômica e financeira de 2007+, centra-se na crítica ao discurso deliberativo, como parte de uma preocupação mais ampla com as lutas por estratégias para se superar a crise. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). A ênfase muda entre as versões, mas isso acontece de uma maneira cumulativa



que incorpora preocupações anteriores em novas sínteses. Por exemplo, a crítica à ideologia permanece importante ao longo de todas as versões. Fairclough (2014) fornece um relato detalhado dessas mudanças e uma comparação crítica com outras abordagens.

Fairclough (1989), a principal formulação da primeira versão, é uma visão radical da ACD. Enfatiza o poder *por trás* do discurso e, também, *no* discurso — como as pessoas com poder moldam a “ordem do discurso” e a ordem social, além de controlar interações específicas, como entrevistas. Por outro lado, enfatiza a ideologia, em vez de apenas enfatizar a persuasão e a manipulação. Vê o discurso como uma participação, bem como como um local, da luta social, incluindo a luta de classes. Objetiva aumentar a consciência de como a linguagem contribui com a dominação de algumas pessoas por outras, como um passo em direção à emancipação social. A crise de 2007+ indica uma contínua necessidade de mudança radical. Como a enorme lacuna entre ricos e pobres continua a aumentar, mesmo durante a crise, parece que apenas a luta por mudanças sociais e políticas fundamentais pode reverter essa e outras tendências prejudiciais. Se a ACD quer contribuir, necessita de ser radical.

O cerne da primeira versão é a crítica à ideologia. Peguemos um exemplo. Os debates atuais sobre a superação da crise são, com frequência, sobre o retorno ao “crescimento” econômico, e, em geral, dá-se como certo que “o crescimento” é necessário, embora isso não seja verdadeiro para todas as economias. São as economias capitalistas que requerem crescimento contínuo, porque essa é a natureza do “capital”, e o fracasso em crescer adequadamente é considerado uma crise. Além disso, não é apenas o crescimento que é necessário, mas, também, a suposição discursiva de que o é: a necessidade de crescimento deve estar além de qualquer dúvida, um mero senso comum. No entanto, a verdadeira razão pela qual o crescimento é necessário para o capitalismo é difícil de ser legitimada em sociedades que se afirmam democráticas — por que os que já têm mais do que o suficiente devem sempre exigir mais? Nos espaços em que essas justificações são apresentadas, tendem a ser “racionalizações”, “razões” espúrias que são, porém, mais persuasivas. Às vezes, assumem uma forma proverbial: “uma maré alta eleva todos os barcos”². A economia lenta³ afirma que os empreendedores devem ser ricamente recompensados por produzir crescimento, porque isso beneficia todos nós, mas isso é, sem dúvidas, uma racionalização, visto não ser por isso que as empresas são levadas a aumentar, continuamente, sua rotatividade e seu lucro (FAIRCLOUGH;

2 N.T.: A expressão original é a seguinte: “a risingtideraisesallboats”.

3 N.T.: A expressão original é a seguinte: “‘Trickle-down’ economics”. Esse é um conceito da teoria econômica e foi traduzido como tal.



FAIRCLOUGH, 2012). Um enfoque na ideologia é acompanhado de um enfoque na explanação: a crítica à ideologia é uma forma de crítica explanatória que explica por que as características do discurso que estão abertas à crítica normativa são, não obstante, necessárias para se manter a ordem social. É acompanhado, também, de um enfoque na crítica ao poder por trás do discurso e do capitalismo. Abordagens da ACD em que esses enfoques estejam ausentes podem falar sobre ideologias, mas não podem fazer críticas à ideologia.

A segunda versão da minha abordagem (FAIRCLOUGH, 1992) enfocou a crítica ao discurso como uma parte da mudança social de cima para baixo na implementação do capitalismo neoliberal. Um exemplo é a “mercantilização” das universidades como parte de um esforço geral para se reestruturar os serviços públicos em um modelo de mercado. Isso foi, em parte, um processo discursivo: mercantilizar as universidades significava tornar seu discurso mais parecido com o das empresas privadas, e mudanças mais amplas na estrutura, no gerenciamento e nas práticas apareceram, em primeiro lugar, nas novas representações da natureza e das atividades das universidades. Isso incluiu uma mudança ideológica nas suposições do senso comum: por exemplo, estudantes são consumidores, universidades são negócios em competição.

Tais mudanças no discurso incluíram mudanças nos *discursos* (formas de representar a realidade), nos *gêneros* (formas de interagir discursivamente) e nos *estilos* (formas de ser, identidades, em seu aspecto discursivo), todos os quais são diferentes na “universidade mercantilizada”. Isso se tornou evidente em uma variedade de textos falados e escritos (por exemplo, documentos políticos, materiais publicitários para recrutar estudantes, reuniões de gerenciamento). Com o tempo, a *ordem do discurso* mudou-se — a configuração dos discursos, dos gêneros e dos estilos que definem o caráter discursivo e o potencial das universidades —, como parte de uma mudança geral em sua estrutura, em seu gerenciamento e em suas práticas. Houve mudanças na *intertextualidade* e, mais especificamente, na *interdiscursividade*: discursos diferentes, gêneros diferentes e estilos diferentes passaram a ser combinados de novas formas, produzindo articulações híbridas de discurso acadêmico e mercantilista (FAIRCLOUGH, 1993). Todas as versões desta abordagem da ACD são “textualmente orientadas” (FAIRCLOUGH, 1992): a análise do discurso inclui a análise detalhada de textos, uma análise tanto linguística (gramatical, semântica, pragmática, de gênero) quanto interdiscursiva das articulações híbridas. Dinamicamente e historicamente, tais combinações híbridas resultam de uma *recontextualização* do discurso de mercado nas universidades, deslocando o discurso (discursos, gêneros, estilos) de um contexto para outro. O discurso pode, contingentemente (sujeito a circunstâncias e a condições), ser *operacionalizado*: *ordenado* em formas de (inter)ação; *inculcado* em formas de



ser; *materializado*, por exemplo, nas formas de construções. Isso acontece porque as mudanças no discurso podem sofrer mutações e generalizar-se em mudanças sociais mais amplas, maneiras pelas quais são uma parte tão significativa da mudança social. Essa é uma questão das *relações dialéticas* entre discurso e outros elementos sociais, aos quais retorno a seguir. A operacionalização pode ser intrasemiótica: os discursos podem ou ser ordenados como gêneros ou inculcados como estilos. Todos os termos em itálico neste parágrafo são conceitos e categorias nesta segunda versão (FAIRCLOUGH, 2012).

A terceira versão foca na crítica do debate político como um elemento de lutas por estratégias para superar a crise de 2007+. O foco está na deliberação (argumentação prática) sobre o que deve ser feito, porque esse é o gênero primário do discurso político, exigindo uma “virada argumentativa” que incorpora a teoria da argumentação à ACD. As preocupações das versões anteriores (por exemplo, a ideologia) não desapareceram; são abordadas, agora, em termos de argumentos e de seus elementos (premissas, conclusões). A ação (gênero) é vista como o aspecto primário do discurso, e a representação e a identidade (discursos, estilos) são abordadas, em vez de isoladamente, como aspectos de ações. A análise social crítica necessita do enfoque na argumentação prática para ir além de apenas afirmar *que* o discurso pode ter efeitos construtivos na realidade social, para mostrar *como* pode fazê-lo: os discursos fornecem justificações a favor/contra agir de determinadas formas. Os discursos podem ter efeitos construtivos sobre pontos em que os argumentos práticos que incluem essas justificações resistem à avaliação crítica; e conduzem a decisões, que conduzem à ação, e a efeitos transformadores sobre a realidade (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

ACD como Raciocínio Dialético

A ACD é uma análise do discurso, mas é, também, em si mesma, uma forma de discurso. Em Fairclough (2013), sugiro que seja uma forma de argumentação prática: argumentação que se origina de um conjunto de premissas e que segue em direção a uma afirmação sobre o que deve ser feito. De acordo com Fairclough e Fairclough (2012), as premissas na argumentação prática são as seguintes: uma premissa do tipo circunstancial, que representa um estado de coisas existente; uma premissa do tipo meta, que especifica um estado de coisas alternativo como meta, com base em uma premissa de valor (os valores e as preocupações a respeito dos quais alguém está argumentando); e uma premissa do tipo meios-meta, que afirma que a linha de defesa da ação na conclusão de um argumento (afirmação) é um meio de realizar a meta. Os valores e as metas, na ACD, seguem seus objetivos



críticos, incluindo, por exemplo, o valor de justiça social e a meta de uma sociedade justa. A argumentação prática passa dos problemas para as soluções: a premissa do tipo circunstancial não apenas representa um estado de coisas; ela o “problematiza” (FAIRCLOUGH, 2013), diagnostica o que o problema é, o que necessita de ser mudado, enquanto a premissa do tipo meta e a afirmação defendem uma solução, que mudança almejar (a meta) e que ação praticar para alcançá-la. (a afirmação).

A ACD é, mais especificamente, um “raciocínio dialógico”, uma forma de argumentação prática que dá proeminência à conexão entre crítica, explanação e ação. Podemos caracterizá-la em quatro passos:

1. crítica normativa do discurso;
2. explanação do discurso criticado normativamente em termos de propriedades dos estados de coisas existentes (realidade social existente);
3. crítica explanatória do estado de coisas existente;
4. defesa de uma ação para mudar o estado de coisas existente “para melhor”.

Podem ser usadas para uma análise crítica do discurso político; por exemplo, os debates políticos, cujo principal tipo argumentativo é a argumentação prática. Portanto, a ACD é uma forma de argumentação prática que analisa criticamente e que, em certo sentido, está em diálogo com a argumentação prática na política.

O enfoque de tal análise crítica está no discurso como parte dos tipos de atividade política, tais como uma resolução de problemas políticos, buscando soluções políticas para problemas como o do financiamento da educação. Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles caracteriza a política como uma ação em busca do bem maior, baseada em decisões que surgem da deliberação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Portanto, uma mudança na realidade (culminando no “bem maior”) requer ação; ação requer decisão; e decisão requer deliberação. Podemos relacionar isso à ideia de Levinson (1992) de “tipos de atividade” e a sua pergunta: “de que formas as propriedades estruturais de uma atividade restringem as contribuições verbais (em especial, as funções de tais contribuições verbais) que podem ser feitas em relação à atividade?”. Podemos ampliar essa pergunta para questionar como as “contribuições verbais” (por exemplo, debates ou outras formas de deliberação) afetam a atividade de que são parte e como são afetadas por serem parte da estrutura dessa atividade. A sequência aristotélica deliberação-decisão-ação é instanciada, por exemplo, na solução de problemas políticos, e a deliberação, nesse caso, inclui o debate parlamentar, que devemos analisar como um passo na sequência e em relação aos outros passos (decisão, ação, mudança).

O raciocínio dialético estende abordagens anteriores das relações dialéticas entre discurso e outros elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2010) e dos efeitos



“construtivos” dos discursos sobre a realidade social mais ampla. Isso oferece, também, uma abordagem distintiva para a “problematização” de estados de coisas existentes, os quais envolvem os passos de 1 a 3, acima, e está baseada na teoria de discurso da ACD, incluindo a afirmação, acima, de que as relações entre discurso e entidades sociais são tanto cognitivas quanto causais. Com base nessa teoria, a ACD vê a crítica normativa do discurso como um “ponto de entrada” na crítica social explanatória e na problematização da realidade social existente. Essa é uma contribuição da ACD para a análise social crítica com precursores solenes: Aristóteles defendeu, começando por *phainomena* e por *endoxa*, crenças e opiniões geralmente aceitas, o que as pessoas dizem; e Marx iniciou sua crítica à economia política com uma crítica ao discurso dos economistas políticos (FAIRCLOUGH; GRAHAM, 2002).

A problematização do estado de coisas existente se inicia pela crítica normativa de seu discurso; então, passa à explanação de quais propriedades do estado de coisas existente afetam propriedades do discurso criticadas normativamente e de quais efeitos tais características podem ter sobre o estado de coisas. Isso identifica relações dialéticas entre discurso e outros elementos sociais: por exemplo, a representação de estudantes como consumidores pode estar internalizada em suas crenças e em seus comportamentos. O passo seguinte é a crítica explanatória do estado de coisas existente: por exemplo, a mercantilização das universidades pode ser criticada por causa daquilo a que conduz (suas consequências) e por causa das “falsas analogias” em que se apoia (como premissas), tal como a que há entre estudantes e consumidores. A crítica explanatória identifica o problema (“problematiza”) no estado de coisas existente; neste caso, a mercantilização das universidades. Isso fornece uma visão normativa da problematização: na deliberação política, a problematização está, frequentemente, aberta à crítica, por carecer dessa base explanatória. Como a identificação do problema está vinculada à defesa da solução, a problematização vincula o estado de coisas existente, representado na premissa do tipo circunstancial, à meta (premissa do tipo meta) e às ações propostas para alcançá-la (afirmação), que constituem a solução proposta. O modo pelo qual o estado de coisas existente é problematizado limita a gama de soluções possíveis (metas e ações).

O movimento da problematização à solução defendida é caracterizado por relações dialéticas entre o discurso e os elementos sociais não discursivos. O problema (a mercantilização das universidades) é um problema de estruturas e de práticas não apenas do discurso, embora qualquer solução seja discursiva: um estado de coisas “imaginado” (meta) para o qual a ação “imaginada” (na afirmação) seja um meio de culminação, dessubstituir o estado de coisas problematizado (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Mas isso significa que, além de serem etapas na solução política de problemas, a ação e a mudança são imaginadas na



deliberação, e o modo como são imaginadas afeta a gama de ações e de mudanças possíveis: apenas ações que são imaginadas podem ser decididas e tomadas, limitando as possibilidades de mudança. Em termos de relações dialéticas, ações imaginadas podem ser concretizadas (operacionalizadas) em ações reais, e, desse modo, a mudança imaginada pode ser concretizada em uma mudança real. Portanto, o discurso (deliberação) é afetado por sua posição na solução política de problemas, mas afeta, também, a gama de possibilidades nas etapas subsequentes de decisão, de ação e de mudança, ou restringindo-a ainda mais ou permitindo que seja ampliada, por meio das relações dialéticas tanto no interior da deliberação quanto entre a deliberação e as outras etapas.

Por meio do entendimento de “dialética”, podemos compreender a relação entre uma forma de deliberação e o modo pelo qual afeta e é afetada por outras etapas de um tipo de atividade (por exemplo, o debate parlamentar na solução política de problemas). A dialética é uma das três facetas interconectadas da argumentação, reconhecidas desde a época clássica: a lógica, a dialética e a retórica. A dialética é o aspecto dialógico da argumentação, incluindo o questionamento crítico de argumentos no diálogo. A deliberação dialética é a forma de se chegar e de se estabelecer “imaginários” para possíveis alternativas a estados de coisas problematizados (metas, em premissas do tipo meta); e para ações com a finalidade de alcançá-los, em um processo dialógico crítico. Tais soluções defendidas emergem da avaliação de diferentes argumentos e de diferentes justificativas, sopesando-os uns em relação aos outros, mantendo-se o que é bom, e descartando-se o que é ruim. Esse é um processo epistemológico de determinar a coisa certa a se fazer, a forma correta de mudar o estado de coisas existente e a forma correta de alcançar isso.

Bhaskar (1989, 1993) sugere uma noção geral de dialética de cujo âmbito a deliberação dialética é uma instância: “qualquer processo de conflito conceitual ou social, de interconexão e de mudança em que a geração, a interpenetração e o choque de posições, conduzindo a sua transcendência em um modo de pensamento ou uma forma de vida mais completa ou mais adequada, desempenhe um papel fundamental”. A deliberação dialética é um processo discursivo (mais especificamente, argumentativo), mas a dialética não é puramente discursiva. Inclui relações dialéticas com o discurso e com outros elementos do estado de coisas no qual o discurso é operacionalizado, incluindo a decisão, a ação e a mudança como etapas de um tipo de atividade. Portanto, há uma dialética “relacional”, assim como há uma dialética epistemológica (e puramente discursiva). Mas, por meio da dialética relacional, a deliberação, como uma etapa de um tipo de atividade, contribui para uma dialética “ontológica” em que um choque entre um estado de coisas existente e alternativas imaginadas pode conduzir a um estado de coisas mais adequado. Isso contribui para a dialética “prática”, na qual um choque entre formas existentes de agir e alternativas





imaginadas pode conduzir a formas de agir melhores. A deliberação dialética é um processo de aprendizado (epistemológico) em que aprender sobre justificações e sobre argumentos melhores é, ao mesmo tempo, aprender sobre estados de coisas melhores e sobre ações melhores que possam alcançá-los.

A ACD pode ser vista como um diálogo com a argumentação política que critica, como um tipo de deliberação que é, entretanto, unilateral, porque aqueles cuja argumentação é contestada não participam, em geral, [dos processos de crítica e de análise]. Mas a ACD objetiva, também, contribuir com a deliberação na ação política para mudar o estado de coisas existente “para melhor”. A ACD não é, em si mesma, política, mas sua crítica e sua análise podem apoiar a política, como uma análise crítica social, em geral, objetiva fazer. Por meio do diálogo com argumentos práticos existentes, a ACD formula sua própria prática argumentativa em apoio à ação para realizar metas que ofereçam soluções para os problemas que diagnostica (suas próprias problematizações de estados de coisas existentes). A ACD nem sempre defende soluções explicitamente; às vezes, trata-se somente de uma crítica “negativa” dos estados de coisas existentes, mas, normalmente, as soluções possíveis estão implícitas. Indiscutivelmente, a ACD deve vincular, de modo explícito, o diagnóstico dos problemas à identificação de soluções, a crítica “negativa” à crítica “positiva”.

A argumentação prática pode ser questionada criticamente de três formas principais (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Uma conclusão prática (afirmação) pode ser questionada pela ideia de que as consequências das ações defendidas debilitariam as metas essenciais; as premissas podem ser questionadas em termos de verdade ou “aceitabilidade racional”; o argumento pode ser questionado pela ideia de que a conclusão (afirmação) não decorre das premissas. O questionamento crítico das afirmações e das premissas dos tipos meta e circunstancial, como a problematização do estado de coisas existente discutida acima, requer explanação. Apenas à base de análise explanatória dos estados de coisas existentes é que podemos determinar quais consequências provavelmente decorrerão de quais ações, se a problematização do estado de coisas estiver adequadamente apoiada na explanação, e se o estado de coisas imaginado (meta) for alcançável a partir do estado de coisas existente. Consequentemente, a crítica às afirmações e às premissas dos tipos circunstancial e meta tanto é uma crítica explanatória quanto é uma crítica normativa.

Minha ênfase na explanação não é nova; tem sido uma propriedade da minha abordagem desde o início (FAIRCLOUGH, 1989), mas a integração da crítica, da explanação e da ação, possibilitada pela mudança na argumentação, é nova. A virada argumentativa tem, também, outras vantagens. É uma resposta às críticas de





que a ACD somente busca justificar conclusões e soluções que estejam de acordo com as “inclinações” políticas de seus praticantes. Por ser explícita sobre sua própria argumentação, a ACD esclarece que seus objetivos são críticos, explanatórios e transformadores, mas não justificatórios; e que, também, sua argumentação pode ser criticamente questionada e contestada e está aberta a uma avaliação retrospectiva à luz de eventos subsequentes. O exemplo mais encorajador de meu trabalho foi um artigo sobre a mercantilização das universidades, publicado há 22 anos (FAIRCLOUGH, 1993), cuja análise (problematização) do estado de coisas nas universidades, em termos de relações entre a mercantilização e as mudanças no discurso, e cujas soluções propostas parecem ter sido amplamente sustentadas pelos eventos. ACD poderia guarnecer o processo de deliberação pública com uma crítica sistemática de propostas e de alternativas. A deliberação na tomada de decisões pública tem um número de etapas (veja-se o modelo de oito etapas no sexto capítulo de Fairclough e Fairclough (2012)), e a ACD poderia ser incluída na etapa em que as propostas (por exemplo, as de um governo) são criticamente testadas; e, se forem encontradas deficiências, a ACD pode apresentar suas próprias alternativas e seus próprios argumentos para apoiá-las.

A virada argumentativa ajuda, também, a evitar uma confusão a respeito de como a ACD deveria ser avaliada, confusão que pode surgir de tendências quantitativas na popularidade atual da linguística de *corpus*. Os números podem ter um papel coadjuvante muito menor, mas a qualidade da ACD é uma questão de quão bem sua argumentação e a crítica e a análise nela incorporadas podem resistir ao questionamento crítico e à virada dos eventos. Pode, também, fornecer um parâmetro em relação ao qual o trabalho que é reivindicado como ACD pode ser mensurado. Por exemplo, muitos trabalhos em ACD focam no contraste entre a autorrepresentação positiva e outras representações negativas, na distinção entre “nós” e “eles”, concentrando-se, às vezes, estritamente, no pronome “nós”, por exemplo. Tais questões de representação são importantes, mas necessitamos de estabelecer sua importância, integrando nossa análise dessas questões à análise crítica e à análise explanatória da atividade discursiva e social em que assumem importância.

The Kilburn Manifesto

The Kilburn Manifesto (KM) é um manifesto político para transcender o neoliberalismo (HALL; MASSEY; RUSTIN, 2015). Por que usar um manifesto para ilustrar a ACD como raciocínio dialógico? Porque a proposta da ACD consiste não apenas em criticar a realidade existente, mas, também, na ação política para mudá-la, e manifestos são parte da ação política. O KM surgiu de um corpo de



análise e de debate centrado, recentemente, no periódico acadêmico *Soundings*, mas que remonta à crise da década de 1970 e ao surgimento do neoliberalismo, incluindo manifestos anteriores. A abordagem política gramsciana de Stuart Hall nos estudos culturais, à qual recorri em Fairclough (1989), foi particularmente influente. A ACD pode, além de aprender com a abordagem de Stuart Hall], ajudar a aprofundar a visão do KM sobre o neoliberalismo e sobre luta política contra ele? Pode haver um “dar e receber” entre a análise crítica da ACD e a política desses grupos políticos? Refiro-me às partes do KM pelo número do capítulo, além de sua *declaração de enquadramento*(DE) introdutória.

O discurso no KM

Hall, Massey e Rustin (declaração de enquadramento: 8) começam por afirmar que

o debate político convencional não reconhece nem a profundidade da crise nem a consequente necessidade de se repensar radicalmente... Portanto, oferecemos esta análise como uma contribuição ao debate, na esperança de que ajudará as pessoas de esquerda a pensar mais sobre como podemos mudar os parâmetros do debate, de um parâmetro de pequenas medidas paliativas e restauradoras para um parâmetro que abre caminho para um deslocamento em direção a uma nova era política e a novos entendimentos sobre o que constitui a boa sociedade.

O discurso (“debate”) está no coração do KM, e sua ideia central é a de que um “estabelecimento” social, como o neoliberalismo (ou uma parte sua, como as universidades mercantilizadas), tem seus “parâmetros”particulares ou “termos de debate”, que devem ser mudados ao se mudar o estabelecimento. Mudar os termos de debate pode produzir uma forma de debate que “abre caminho” para se transcender o neoliberalismo. A ACD pode usar essa ideia, mas pode, também, ajudar a ir além disso.

O discurso figura de duas formas principais no KM: como “debate” (uma forma de deliberação) e como “vocabulários” (isto é, como “discursos”, no sentido de formas particulares de representar aspectos da realidade). Por um lado, há um debate; as formas de argumento que aparecem nele; e os “termos de debate”, incluindo o que pode/não pode ser debatido politicamente e como isso muda à medida que os estabelecimentos sociais mudam, por exemplo, da socialdemocracia para o neoliberalismo. Por outro lado, há os vocabulários, que são predominantemente usados para descrever as pessoas e as coisas; as visões-de-mundo e as teorias que as subjazem; os vários efeitos sociais (políticos, culturais)



que [as visões de mundo e suas teorias] apresentam; e, mais uma vez, como mudam à medida que os estabelecimentos socioeconômicos mudam. Existe um capítulo à parte sobre os vocabulários (primeiro capítulo). Os vocabulários são “decretados” em práticas (por exemplo, a “liberdade de escolha” atribuída aos indivíduos é decretada no “exercício compulsório” da “livre escolha” ao, por exemplo, escolher seu médico), e ambos “incorporam e reforçam a ideologia do neoliberalismo”, afirmando que está “acima de todo consumidor, funcionando em um mercado”. Tais vocabulários afetam nossas identidades, nossos relacionamentos e nosso mundo; contribuem para formar ideologias e “senso comum”; e contribuem para nos pôr em uma “camisa-de-força política”, ao limitar as opções que temos. “O discurso importa”. Nas mudanças de vocabulário associadas ao neoliberalismo, as pessoas são obrigadas a ser (são interpeladas como) “consumidores”, sejam elas estudantes, pacientes, passageiros ou o que forem. A “verdade dita subjacente a essa mudança nas descrições” é a de que “interesses individuais são a única realidade que importa” e são “puramente monetários”; e a “justificação teórica” que está por trás disso é a de que “a ideia de um mundo de agentes independentes cujas escolhas, feitas em proveito próprio, paradoxalmente beneficiam a todos” (1º capítulo: 9-11).

A conexão entre o debate e os vocabulários está sugerida em “ideias neoliberais estabelecem os parâmetros – fornecem o “dar como certo” – da discussão pública, do debate midiático e do cálculo popular” (declaração de enquadramento: 17). Na verdade, isso conecta o debate às “ideias” neoliberais, em vez de aos vocabulários, mas, como as ideias aparecem na forma discursiva de vocabulários (discursos), podemos considerar que é o último que “estabelece os parâmetros” do debate, o que significa fornecer o “dar como certo”, as suposições. As suposições em debate dependem e variam com o discurso (vocabulário).

Mudando os termos de debate

De que modo a ACD, como raciocínio dialético, contribui e ajuda a desenvolver a análise do neoliberalismo orientada pelo discurso, tal como é determinada pelo KM, sua visão da luta política para transcendê-lo? Quais são os “termos de debate”, e o que está envolvido em sua mudança, da perspectiva dessa versão da ACD? De que modo uma forma de debate com os termos corretos, produzida pela mudança dos termos de debate, poderia “abrir caminho” para transcender o neoliberalismo, como o Manifesto sugere? O que “abrir caminho” significa?

Os termos de um debate particular, tal como o debate político na Grã-Bretanha sobre como superar a crise de 2007+, dependem de quais discursos



são incluídos ou favorecidos, em oposição a quais são excluídos ou desfavorecidos. Por exemplo, um discurso político revolucionário foi incluído no debate? Se isso aconteceu, foi um discurso favorecido ou um discurso desfavorecido e marginal? Eu diria que, nesse caso, era uma presença marginal. A seleção (inclusão/exclusão) de discursos determina o que podemos tomar como outros aspectos dos termos de debate, incluindo o que é tomado ou considerado certo. Por exemplo, a necessidade de restaurar o crescimento econômico após a crise foi uma suposição associada aos discursos econômicos mais proeminentes, tanto aos neoliberais quanto aos keynesianos. Outros aspectos dos termos de debate que são dependentes do discurso incluem como estados de coisas existentes podem ser problematizados e, portanto, que gama de soluções (metas e ações) estão disponíveis; que gama de justificações, a favor ou contra as ações, estão disponíveis; e o que é considerado “racional”; que gama de explicações estão disponíveis; e o que é considerado “explanatório”. Mudar os termos de debate é, basicamente, mudar a gama de discursos que estão incluídos e favorecidos, mas fazer isso muda, também, esses outros aspectos.

Em termos do aspecto “educativo” da política (veja-se abaixo), a problematização elabora uma conexão particularmente clara para os ativistas políticos entre mudar os termos de debate e abrir possibilidades de ação e de mudança, porque o modo como os estados de coisas são problematizados afeta as soluções (ação e mudança) que estão disponíveis. Hall, Massey e Rustin (declaração de enquadramento: 21) estabelecem que a proposta do KM é a de desenvolver “um projeto político que transcenda as limitações do pensamento convencional sobre o que é “razoável” propor ou fazer”. Mas, embora o KM esteja muito preocupado com a explanação, não conecta, explicitamente, a explanação nem à crítica e à ação nem ao debate, considerando que essas conexões sejam cruciais na ACD como raciocínio dialógico. A seleção (inclusão/exclusão, favorecimento/desfavorecimento) dos discursos delimita a gama tanto de justificações quanto de explicações e, portanto, o que é considerado “racional” e “explanatório”, e esses são aspectos importantes dos termos de debate. Por exemplo, tanto o discurso econômico neoliberal quanto o discurso econômico keynesiano fornecem justificações a favor de ações que promovam crescimento econômico, e argumentos que sigam nessa direção são contabilizados como racionais na perspectiva desses discursos (embora não o sejam na perspectiva dos discursos econômicos verdes). Para muitos discursos político-econômicos, a explanação em termos de estruturas é uma condição essencial para o debate ser contabilizado como explanatório. Mudar os termos de debate no que respeita à explanação pode significar ou acrescentá-lo a onde estiver ausente ou melhorá-lo onde estiver presente. Destacar as “justificações” e as “causas” e, como sugiro, abaixo, os “motivos” pode dar um enfoque útil aos objetivos políticos “educativos” do KM.



De que modo é, na perspectiva da ACD como raciocínio dialético, que uma forma de debate produzida pela mudança dos termos de debate poderia “abrir caminho” para a mudança radical, incluindo a transcendência do neoliberalismo? Isso acontece, em parte, porque mudar as possibilidades de problematizar o estado de coisas existente muda, também, a gama de soluções possíveis; e os estados de coisas alternativos e as ações para alcançá-los que podem ser imaginadas e defendidas, incluindo, potencialmente, mudanças radicais. Isso está relacionado, também, às relações dialéticas entre discurso e outros elementos sociais. A explanação de como os aspectos do estado de coisas existente conduzem a um discurso normativamente problemático e de como o último afeta o primeiro identifica essas relações dialéticas.

O debate (uma forma de deliberação) necessita de ser analisado como parte da sequência deliberação-decisão-ação associada aos tipos de atividade como a solução política de problemas, como argumentei anteriormente. A ação e a mudança são etapas da sequência, mas são, também, imaginadas no debate, e o modo como são imaginadas afeta a gama de ações e de mudanças que são possíveis. Em termos de relações dialéticas, ações imaginadas podem ser realizadas (“operacionalizadas”) em ações reais, e, assim, mudanças imaginadas podem efetuar mudanças reais. Mudar os discursos significa mudar as possibilidades de ações e de mudanças imaginadas, as quais significam, também, mudar as possibilidades de ações e de mudanças reais. Sugeri, também, que a dialética “epistemológica” do debate se conecta com uma dialética “relacional” (relações dialéticas entre discurso e outros elementos sociais) e, então, com as dialéticas “ontológicas” e “práticas”. Nessa perspectiva, o debate é visto como uma parte necessária da ação para provocar mudanças; os termos do debate, como afetando (restringindo/habilitando) as possibilidades de ação e de mudança; e mudar os termos do debate, como mudando as possibilidades, ou restringindo-as ainda mais ou permitindo que sejam abertas e ampliadas. Mas em que essas ideias da ACD podem contribuir com objetivos políticos do KM? Possivelmente, podem ajudar as pessoas a entender como o discurso existente pode bloquear a mudança social; como a mudança dos “termos de debate” pode abrir isso; e, portanto, quão importante é criticar e desafiar os termos de debate.

A função educativa da política

Hall e O’Shea (3º capítulo: 22) formulam uma estratégia para a política de esquerda e uma visão para seu caráter “educativo”:

a esquerda e o Partido Trabalhista devem levar a sério a luta pelo senso comum. A política, como Gramsci insistia, é sempre “educativa”. Devemos reconhecer



as inseguranças que subjazem às confusões e às contradições do senso comum e aproveitar a intensidade e a raiva... O Partido Trabalhista deve usar toda questão política como uma oportunidade, não apenas para examinar a pragmática, mas para destacar o princípio subjacente, construindo, lentamente, um consenso alternativo de “filosofia popular”. Deve-se aproveitar, para isso, o já fortemente existente senso de ausência de justiça e das instâncias em que não se age com justeza⁴. Em outras palavras, deve engajar-se em um processo de aprendizagem de mão-dupla, conduzindo ao que Gramsci chamou de “uma coesão orgânica na qual o sentimento-paixão se torna compreensão.

Vamos retrabalhar isso em termos da ACD como raciocínio dialético. A quarta sentença (“O Partido Trabalhista deve...”) defende uma forma de argumentar e de deliberar no debate político: em sua argumentação sobre política, a esquerda deve discutir metas e valores (“destacar o princípio subjacente”), bem como meios de alcançar objetivos (“examinar a pragmática”). Deveria debater não apenas com outras posições políticas e com outros argumentos, mas, também, com a argumentação do “senso comum”. Deveria “engajar-se em um processo de aprendizagem de mão-dupla” em que tanto transformaria as “confusões e as contradições” do senso comum quanto “aproveitaria” seu “sentimento-paixão”, buscando convertê-lo em “compreensão” e obter uma “coesão orgânica” entre os dois, levando, assim, “a luta pelo senso comum a sério” e buscando mudar o senso comum em direção a um novo consenso. Embora não formulem isso dessa maneira, o que Hall e O’Shea estão defendendo é uma mudança nos termos de debate, a qual é, ao mesmo tempo, uma mudança no senso comum. A esquerda necessita de recorrer ao senso comum para fazer isso: recorrer à “paixão” e ao “senso de ausência de justiça e das instâncias em que não se age com justeza” para mudar valores, mas, também, para convertê-los em “compreensão”, ao formular metas e ações que ressoem através daqueles. Ao fazer isso, a esquerda está, também, buscando formar eleitorados e sujeitos políticos, os quais não existem “prontos”. Precisam ser ativamente construídos” (11º capítulo: 197), bem como agentes políticas para promover mudanças.

Isso nos leva em direção a uma questão para a qual não tenho espaço para tratar adequadamente aqui: o modo pelo qual a retórica e a deliberação são combinadas na deliberação política. Isso sugere que, embora a retórica esteja, como é geralmente reconhecido, relacionada a persuadir pessoas, não trata apenas de acomodar ou de brincar com o que já sentem, acreditam e tomam como certo. Na política, isso é ou deveria ser envolver-se criticamente e construtivamente com

4 N.T.: No texto original, há a coordenação dos termos *injustice* e *unfairness*. O primeiro termo refere-se à ausência de justifica, enquanto o segundo termo se refere ao modo de se agir injustamente. A diferença entre os termos têmue não é contemplada pelo léxico português.



os sentimentos e com as crenças de senso comum das pessoas na elaboração de argumentos e de propostas práticos, a partir dos quais possam se tornar sujeitos e agentes. A retórica pode ter um papel positivo e construtivo na deliberação política.

Baseando-se no “sentimento-paixão” do senso comum, por exemplo, as pessoas, não apenas acreditando e declarando que algo é injusto, mas sentindo e se movendo pela injustiça, estão se baseando em valores (em premissas de valor) e em como as pessoas avaliam coisas com base nesses valores. Mas “valores”, como observamos em Fairclough e Fairclough (2012), é um termo muito estreito; “preocupações” seria um termo mais abrangente. As pessoas argumentam por *motivos* que as animam e as motivam, incluindo suas paixões (que podem incluir ganância e flagrante interesse próprio); argumentam por suas emoções e por seus sentimentos, não apenas por valores alcançados por meio do raciocínio. Um agente necessita de “se preocupar” com a realização de um valor para transformá-lo em um motivo de ação. Existe uma diferença entre agir com base em justificações e em argumentos (e em análises e em evidências) e agir com base em sentimentos e em paixões, mas se tratam, simplesmente, de alternativas: as pessoas argumentam e deliberam (isto é, avaliam e respondem à argumentação de outras) com base em preocupações afetivas, em motivos que moldam suas interpretações das circunstâncias (e o modo pelo qual “as problematizam”) e as metas e as ações que defendem. Essa visão dialética do argumento como uma concatenação de justificações e de motivos e de causas remete à perspectiva gramsciana que informa o KM.

Mas a tentativa da esquerda de uma mudança nos termos de debate não deve incluir, também, uma mudança em direção ao raciocínio dialético? O raciocínio dialético é uma ferramenta política e analítica poderosa que pode ser útil a possíveis agentes políticos (qualquer pessoa buscando mudar a realidade para melhor – políticos, membros de partidos, ativistas políticos, cidadãos ativos), bem como a analistas sociais críticos, como sugeri anteriormente. Isso começa a partir de um discurso, isto é, de coisas que são amplamente discerníveis, embora não sejam sempre discernidas – propriedades problemáticas do discurso e dos argumentos. Em seguida, busca explicar tais propriedades em termos de propriedades menos discerníveis (parcialmente “subjacentes”) da realidade existente, estendendo, assim, a crítica além do discurso, para a realidade social mais ampla; e identificando quais aspectos da realidade necessitam de mudança, que mudança é possível e como isso pode ser realizado, como base para uma conclusão prática sobre que ação tomar. A crítica do discurso (debate) é uma pressão eficaz para a abertura da realidade social mais ampla à análise/crítica e, portanto, à ação/mudança, porque o discurso é parte de uma realidade mais ampla, uma etapa em direção à ação e à mudança que as idealiza e as prefigura; e representa e explica a realidade existente.



Esta não é uma visão nova. Como disse anteriormente, o método crítico de Marx, recorrendo a Aristóteles, toma a crítica do discurso como seu ponto de partida. Além disso, ver e criticar a argumentação, não isoladamente, mas como o começo da ação, é a base para se interpretar seu caráter dialético de maneira materialista, em vez de maneira idealista.

Os políticos e os ativistas políticos estão acostumados a deliberar e a debater; e a identificar e a engajar-se com os argumentos de outros, mas o que Hall e O’Shea estão propondo é uma arte do debate político que não é fácil de se alcançar e que requer aprendizagem —seja por educação formal, seja por política prática, seja, idealmente, por uma combinação de ambas. O mesmo acontece com o raciocínio dialético. Parte do que está implicado aqui é de mudanças na escolaridade (ensino de línguas) semelhantes à “conscientização crítica da linguagem”, preconizada, na ACD, como parte de uma “educação para a democracia” da década de 1990 (FAIRCLOUGH, 2010), como parte das condições educacionais para se fazer das mudanças sociais radicais uma opção.

Gramsci (1995: 297-303) argumenta que a dialética é uma “nova forma de se pensar”, uma nova filosofia”, mas é, também, “uma nova técnica”, que ele chama de “a técnica do pensamento”, a qual “guarnecerá as pessoas com critérios” para “executar verificações e para fazer julgamentos” e para “corrigir distorções nas formas de pensar do senso comum”. É “tão importante ensinar essa técnica quanto o é ensinar a ler e a escrever”. O raciocínio dialético fornece uma técnica de pensamento e uma forma de argumentar e de deliberar que pode identificar, explanar, criticar e abrir caminho para se mudar os termos de debate, como parte de uma forma de agir para mudar a realidade existente. Isso é, penso, consistente com a perspectiva gramsciana do KM e pode ser aprendido, ensinado e transmitido pela política de esquerda, de uma forma que se encaixe na visão de Hall e O’Shea da luta pelo senso comum. Isso é, possivelmente, uma forma de a ACD contribuir com ações políticas para mudar a realidade existente para melhor.

1. O que as pessoas necessitariam de saber sobre o raciocínio dialético? Estes são os elementos essenciais.
2. Como reconhecer um argumento. Os argumentos estão, com frequência, parcialmente implícitos e necessitam de ser reconstruídos a partir dos textos, ou seja, formulados de uma forma explícita.
3. Como identificar o tipo de argumento.
4. Como identificar as premissas e a conclusão de um argumento, incluindo quais discursos foram elaborados e quais justificativas foram apresentadas.
5. Como avaliar (questionar criticamente) um argumento prático: sua afirmação, em termos de suas consequências prováveis; suas premissas,



- incluindo valores, metas e a representação/problematização de circunstâncias; e a inferência das premissas à conclusão.
6. Como identificar uma explanação e suas partes constituintes (*explanans* e *explanandum*) e como avaliá-las.
 7. Como identificar as justificações; os motivos e as causas; e as conexões entre esses elementos.
 8. Como avaliar e criticar a argumentação, como a primeira etapa da sequência deliberação-decisão-ação-mudança.
 9. Comodesenvolver contra-argumentos.
 10. Como identificar os “termos de debate” e suas limitações, como abordar a mudança dos termos de debate.

Conclusão

Imaginei pessoas, na ACD, abrindo um diálogo com os envolvidos na ação política. Frequentemente, uma mesma pessoa faz ambas as coisas; então, o diálogo deve ser, em parte, entre lados diferentes de si mesma. Trabalhar, de uma forma transdisciplinar, com colegas dos departamentos de Sociologia ou de Política pode, também, ser visto como um abertura ao diálogo, mas o diálogo com a política parece menos transitório e, em todo caso, mais uma questão de o que fazemos. A perspectiva da ação política deve ser consistentemente trazida para o que fazemos, e necessitamos de mais reflexão sobre as conexões e sobre as diferenças entre preocupações analíticas (crítico-explanatórias) e preocupações políticas. A ACD e a política são diferentes mas conectadas, e é importante insistir tanto na conexão quanto na diferença para se evitar confusão. Em termos da sequência aristotélica, a ACD contribui com a deliberação (bem como com a política), mas a decisão e a ação não são parte da ACD — são parte da ação política. Contudo, a ACD como raciocínio dialético mostra de que modo a deliberação habilita e restringe a decisão, a ação e a mudança; e de que modo essas podem ser abertas, mudando os termos de debate.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à falecida Doreen Massey por seus comentários sobre um esboço deste texto; e à Isabela Fairclough pela discussão das ideias neste texto e pelos comentários de seus muitos esboços.



Referências

- BHASKAR, R. **Reclaiming reality**. Londres: Routledge, 1989.
- _____. **Dialectic: the pulse of freedom**. London: Verso, 1993.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Londres: Longman, 1989.
- _____. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities **Discourse and Society**, 4.2, 133-168, 1993.
- _____. **Critical Discourse Analysis**. Londres: Longman, 2010.
- _____. Critical discourse analysis. In: GEE, J.; HANDFORD, M. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. Londres: Routledge, 2012.
- _____. Critical discourse analysis and critical policy studies. **Critical Policy Studies**, 7.2, 177-197, 2013.
- _____. Introduction. **Language and Power**. 3ª. edição. Londres: Routledge, 2014.
- _____.; GRAHAM, P. 2002. Marx as critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Estudios de Sociolinguística**, 3.1, 185 - 229, 2002. Reprinted in Fairclough (2010: 301-346).
- _____.; JESSOP, B; SAYER, A. Critical realism and semiosis. In: JOSEPH, J; ROBERTS, J. **Realism, Discourse and Deconstruction**. Londres: Routledge, 2004.
- FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political discourse analysis**. Londres: Routledge, 2012.
- GRAMSCI, A. 1995. **Further Selections from the Prison Notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1995.
- HALL, S.; MASSEY, D.; RUSTIN, M. 2015. **After Neoliberalism? The Kilburn Manifesto**. Londres: Lawrence & Wishart, 2015.
- JESSOP, B. Critical semiotic analysis and cultural political economy. **Critical Discourse Studies** 1.2, 159-74, 2004.
- LEVINSON, S. Activity types and language. In: Drew, P.; Heritage, J. **Talk at Work: Interaction in Institutional Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.